

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB)**
2 **SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 04/2015

4 Ao décimo terceiro dia do mês de julho de dois mil e quinze, às treze horas, na
5 sede da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -
6 EPAGRI, localizada na Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, em
7 Florianópolis/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão
8 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos
9 seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social,
10 Trabalho e Habitação (SST/SC) – Ângela Albino (Secretária de Estado e
11 Coordenadora da CIB), Renata Nunes, Fábio Hansen, Máira Helena, Renata Gobi,
12 e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência
13 Social (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira Quege – Presidente do
14 COEGEMAS/SC (Três Barras), Maurício Leal (Bombinhas), Daniela de Bastos da
15 Silva (Itapema), Janifer Otto (São João Batista) e José Amarildo Farias (Lages).
16 Ainda estavam presentes membros suplentes da CIB/SC, gestores e técnicos
17 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais e associações
18 de municípios, cuja lista de presença segue anexa. A coordenadora iniciou a
19 reunião desejando boas vindas a todos e todas, submetendo à apreciação a ordem
20 do dia. Na ocasião, Ana Claudia Quege, reiterou a inclusão do item “Incremento de
21 recursos para cofinanciamento dos serviços da proteção social básica e proteção
22 social especial de alta complexidade” nos Informes do COEGEMAS/SC. Em
23 seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º Apreciação e aprovação da**
24 **ata da reunião anterior:** O plenário considerou lida e aprovada a ata da reunião
25 anterior. **2º Correspondências recebidas e expedidas:** O plenário considerou lida
26 a relação de ofícios expedidos pela CIB/SC: Ofício nº 030/2015, destinado à
27 DIAS/SST, encaminhando prazos e providências para preparação da reunião
28 plenária da CIB; e Ofício nº 031/2015, destinado ao CEAS/SC, encaminhando a Ata
29 CIB nº 02/2015, Calendário Anual CIB 2015 (alterado em 22/06/2015) e a
30 Resolução CIB nº 09, que dispõe sobre homologação da Resolução CIB “Ad
31 Referendum” nº 06, de 28 de maio de 2015. Após, a coordenadora da CIB/SC pediu
32 licença ao plenário e justificou sua ausência em virtude de compromisso marcado,
33 solicitando à Renata Nunes que passe a coordenar a presente reunião. **3º Plano de**
34 **Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de Santa Catarina – Etapa**
35 **2015.** A analista técnica da SST Letícia Braz apresentou a proposta de revisão
36 anual do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios do Estado de
37 Santa Catarina - Etapa 2015, com vistas ao alcance das prioridades e metas do
38 Pacto de Aprimoramento Gestão Municipal, para o quadriênio 2014/2017,
39 estabelecidas na Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013. Durante a
40 apresentação, destacou a concepção e o marco regulatório, os objetivos/ metas, as
41 responsabilidades dos entes envolvidos (Estado e Municípios), critérios para
42 identificação dos municípios prioritários, ações de acompanhamento e apoio técnico
43 aos municípios, operacionalização e recursos. Em discussão, o COEGEMAS/SC
44 propôs alteração na ação 4 do item 7 “Operacionalização” do Plano, passando a

45 constar “Encontro Regionalizado para Acompanhamento e Apoio Técnico aos
46 Municípios: O primeiro Encontro Regionalizado está previsto para acontecer no final
47 do mês de Outubro na região da Serra Catarinense”. Ainda propôs constar a
48 apresentação da SST do relatório de execução do Plano – Etapa 2015 à CIB/SC e
49 ao CEAS/SC, e antecipar o planejamento da 2ª Etapa (2016), conforme consta no
50 item 7 “Operacionalização”. Na ocasião, representantes da SST externaram a
51 preocupação do tempo para apresentação do relatório de execução e
52 planejamento. Além disso, destacaram a importância da SST ter acesso a
53 disponibilização, em 2016, da Base Consolidada de Dados sobre o Cumprimento
54 das Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal pelo sítio eletrônico do
55 MDS. Sendo assim, foi proposta já em 2015 a apresentação de um relatório de
56 execução parcial, ficando para 2016 a apresentação do relatório de execução final,
57 e não relatório de impacto, devido ao tempo de disponibilização da base de dados.
58 A partir da proposta dos representantes do COEGEMAS/SC e SST/SC o plenário
59 resolveu pactuar a revisão anual do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico
60 aos Municípios do Estado de Santa Catarina – Etapa 2015, alterando o método
61 para seleção dos municípios prioritários para o acompanhamento e apoio técnico,
62 com base nos indicadores e dados sobre o cumprimento das metas do Pacto de
63 Aprimoramento da Gestão Municipal, em substituição as dimensões, componentes
64 e indicadores utilizadas como base, conforme dispõe o item 5 do Plano de
65 Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios do Estado de Santa Catarina,
66 anexo da Resolução nº 22, de 25 de setembro de 2014, da CIB/SC. A primeira
67 etapa da execução do Plano ocorrerá de julho a dezembro de 2015, sendo
68 elegíveis, prioritariamente, às ações in loco e acompanhamento mais sistemático
69 pela equipe técnica do órgão gestor estadual, os entes municipais que: I - tiveram o
70 menor percentual de metas do Pacto de Aprimoramento atingidas de acordo com a
71 Base Consolidada de Dados sobre o Cumprimento das Metas do Pacto de
72 Aprimoramento da Gestão Municipal disponível no sítio eletrônico do Ministério de
73 Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2015); II - não possuíam
74 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em 2015, mas que serão
75 contemplados com estrutura física de CRAS, por meio do Programa do Governo
76 Estadual Pacto por Santa Catarina; e III - passaram pelo processo de mudança de
77 gestão, pactuados pela CIB/SC com ressalvas, cabendo ao Estado garantir o
78 acompanhamento e assessoria técnica para as devidas adequações. O processo
79 de execução e os resultados do referido Plano serão submetidos à avaliação do
80 órgão gestor estadual, de modo que seja possível realizar correções para o alcance
81 dos objetivos propostos. Ainda foi pactuado que o órgão gestor estadual terá até o
82 dia 30 de novembro de 2015 para apresentar à CIB/SC e ao CEAS/SC relatório
83 parcial de execução do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios
84 do Estado de Santa Catarina – Etapa 2015. Além disso, o órgão gestor estadual
85 terá até fevereiro de 2016 para apresentar à CIB/SC e ao CEAS/SC relatório final
86 de execução do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios do
87 Estado de Santa Catarina - Etapa 2015 e a proposta de revisão anual do Plano de
88 Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios do Estado de Santa Catarina –

89 Etapa 2016. Na ocasião a presidente do COEGEMAS/SC registrou o apoio para
90 que o Estado realize Concurso Público para a SST, visando a ampliação de
91 servidores na área de assistência social. **4º Municípios contemplados com**
92 **construção de equipamentos sociais (CRAS, CREAS, Centros Dia).** Sara
93 Ternes, Diretora de Habitação da SST, apresentou a situação das construções de
94 equipamentos sociais por meio do Programa Pacto Por Santa Catarina. Em relação
95 ao CRAS relatou que existem 61 (sessenta e uma) obras contratadas, sendo que
96 há 54,61% executadas e 45,39% a executar. Após, apresentou a relação de
97 municípios e a previsão de conclusão de suas obras para os meses de julho,
98 agosto, setembro, outubro e novembro de 2015. Ainda informou sobre as obras
99 contratadas e não iniciadas por problema com terreno, e obras paralisadas por
100 abandono da construtora. Em relação ao CREAS, informou que há 20 (vinte) obras
101 contratadas, sendo que 49,74% a executar e 50,26% executadas. Após, apresentou
102 a relação de municípios e a previsão de conclusão de suas obras para os meses de
103 agosto, setembro e outubro. Ainda informou sobre as obras contratadas e não
104 iniciadas por problema com terreno. Na ocasião, a diretora relatou que, sobre o
105 acompanhamento das obras, foi desfeito o termo de cooperação técnica com a
106 COHAB, e que está sendo estruturada a equipe técnica da Diretoria de Habitação
107 da SST, além do restabelecimento da parceria com os fiscais das SDRs e dos
108 pagamentos das construtoras. Em relação às construções de Centros dia, relatou
109 que existem os projetos arquitetônicos e complementares, mas a licitação das
110 obras foi arquivada porque não houve disponibilidade financeira. Destacou que no
111 máximo em 60 (sessenta) dias a licitação será reaberta para construção de centros
112 dia dos três municípios contemplados: Blumenau, Lages e São Bento do Sul. Na
113 ocasião, Ana Claudia questionou se há previsão de abertura de licitação para os
114 outros municípios a serem contemplados com o CRAS. A diretora informou que há
115 uma listagem com 12 (doze) municípios que já tiveram vistorias feitas no terreno e
116 já entregaram documentação. Ainda relatou que a secretaria está vendo a
117 possibilidade de atender prioritariamente os municípios que não tenham nenhum
118 equipamento de assistência social, que tenham um baixo IDH e que o gestor aceite
119 receber a obra. Sendo assim, relatou que a idéia é contemplar os 12 municípios
120 que já entregaram a documentação, mais os municípios que não tenham nenhum
121 equipamento de assistência social. Comunicou que para isso a secretaria está
122 fazendo uma avaliação junto ao órgão que financia para saber quanto mais
123 equipamentos se consegue construir. Ainda informou que na época de abertura dos
124 editais, os municípios foram contemplados de acordo com a ordem de entrega da
125 documentação. Em relação à licitação do mobiliário para os equipamentos,
126 informou que nesse mês será lançado o edital, e que, portanto as primeiras obras
127 serão entregues sem o mobiliário, mas não impedindo que o município já inaugure
128 e utilize o equipamento com a móvel que já possui. Na ocasião o plenário discutiu
129 sobre a classificação dos municípios elencados na listagem de acordo com os
130 critérios pactuados anteriormente, e sobre a necessidade de estabelecer um
131 processo mais transparente. **5º Prorrogação de prazo para entrega de**
132 **documentação referente ao Cofinanciamento Estadual 2015.** Renata Nunes

133 informou que de acordo com levantamento realizado na última sexta-feira, 36 (trinta
134 e seis) municípios haviam entregue a documentação completa para habilitar-se aos
135 cofinanciamentos. Relatou que em reunião prévia realizada entre SST e
136 COEGEMAS foi avaliada a possibilidade de ampliar o prazo de entrega da
137 documentação para o dia 24 de julho, para possibilitar que os municípios
138 entreguem a documentação em tempo. Ainda apontou a dificuldade na abertura de
139 conta bancária referente a investimento para cofinanciamento da proteção social
140 básica. Em discussão, foi pactuada a prorrogação de prazo para o dia 24 de julho
141 de 2015 para que os municípios remetam os documentos necessários para
142 habilitar-se ao repasse de recurso estadual, a título de participação no custeio dos
143 Benefícios Eventuais, e de cofinanciamento estadual dos serviços da proteção
144 social básica e especial de média e alta complexidade. Renata Nunes reiterou a
145 necessidade dos municípios encaminharem a documentação o mais breve possível,
146 para que os recursos sejam repassados e executados. Ainda informou que a SST
147 vai buscar negociação junto ao governo central sobre a possibilidade de incremento
148 de recursos para o cofinanciamento dos Centros Pop e CRAS que não foram
149 contemplados conforme critérios estabelecidos nas resoluções em 2015. **6º Nota**
150 **Técnica sobre equipe de referência do SUAS da Proteção Social Especial de**
151 **Média Complexidade para prestação do Serviço de Medidas Socioeducativas.**
152 A analista técnica da SST, Ana Paula Fortuna, ressaltou os pontos principais na
153 referida Nota Técnica que tem por objetivo prestar esclarecimentos sobre a
154 composição e atuação da Equipe de Proteção Social Especial da Gestão para os
155 municípios de Pequeno Porte I (com até 20 mil habitantes) que não possuem
156 CREAS. Em discussão, Ana Claudia externou a preocupação sobre a composição
157 da equipe com três técnicos de nível superior nos municípios com menos de 20 mil
158 habitantes para atender uma baixa demanda. Ainda lembrou que o Estado tem a
159 responsabilidade de regionalizar os serviços da proteção social especial nesses
160 municípios. Renata Nunes falou sobre a complexidade do assunto, pois há uma
161 preocupação em não precarizar o serviço e garantir um serviço de qualidade ao
162 usuário, mas por outro lado há dificuldades por parte dos municípios de pequeno
163 porte na estruturação desse serviço, além da própria ausência de normativa sobre o
164 assunto específico. Após discussão, o plenário propôs encaminhar à SST a
165 realização de um encontro com o Ministério Público para discussão sobre o
166 assunto. Ana Claudia solicitou que ainda não fosse publicada a Nota Técnica
167 apresentada pelo Estado. O plenário acordou sobre o encaminhamento. **7º**
168 **Informes: COEGEMAS/SC – 7.1 - O COEGEMAS/SC está articulando junto à**
169 **SST/SC, incremento no cofinanciamento para os municípios que implantaram**
170 **Centro POP, conforme § 1º, Inciso III do Artigo 2º da Resolução CIB/SC nº 06/2015.**
171 **7.2 - sobre os Critérios de Partilha para Benefícios Eventuais estabelecidos pelo**
172 **CEAS/SC, a alteração dos valores se deu em função da mudança de critérios de**
173 **partilha estabelecidos pelo CEAS/SC. O COEGEMAS/SC e a SST/SC farão**
174 **interlocução com o CEAS/SC para possível discussão futura. 7.3 - O**
175 **COEGEMAS/SC estará expedindo ofício à SST/SC, para rever os casos dos**
176 **municípios que informaram no CensoSUAS, estar compartilhando espaço com**

177 “outros”, mas que aguardam o término da construção do equipamento social pelo
178 Governo Estadual do Programa Pacto por Santa Catarina. 7.4 – O COEGEMAS/SC
179 expediu ofícios à SST/SC, solicitando definição do modelo de serviço regionalizado
180 para média complexidade, e definição de qual a modalidade, quantidade de
181 atendimento e a forma de execução do serviço regionalizado de Alta Complexidade.
182 7.5 - A Secretaria Executiva do COEGEMAS/SC está realizando busca do último
183 Estatuto Registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e
184 averiguando junto à Receita Federal as pendências existentes no atual CNPJ.
185 Lembrando que o prazo estipulado para os municípios encaminharem sua sugestão
186 de alteração no estatuto expirou em 31/05/2015. **8º Informes: SST/SC** – 8.1 -
187 Informe do FONSEAS sobre encaminhamento de câmara técnica nacional para
188 tratar sobre a construção de uma política nacional de imigração. 8.2 – Participação
189 de Santa Catarina na Câmara Técnica da CIT sobre serviços regionalizados. 8.3 –
190 CONGEMAS e FONSEAS estão solicitando prorrogação de prazo para entrar em
191 vigor a aplicação da lei federal 13.019/14, que trata da parceria voluntária entre
192 entes públicos e organizações da sociedade civil. 8.4 - O FONSEAS irá organizar
193 encontros regionais sobre a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão
194 Estadual. 8.5 - Resolução da CIT que estabelece procedimentos relativos ao
195 processo de qualificação dos dados dos trabalhadores do Cadastro Único e do
196 Programa Bolsa Família. 8.6 – Discussão na CIT sobre suspensão dos recursos do
197 cofinanciamento do Piso Básico Fixo em cumprimento ao previsto na Resolução nº
198 21/2013 que estabelece critérios mínimos para que os equipamentos públicos
199 possam oferecer um serviço de qualidade aos usuários da assistência social. 8.7 -
200 Realização de reunião da câmara técnica sobre Medidas Socioeducativas e
201 disponibilização de caderno de orientações sobre a Proteção Social Especial. 8.8 -
202 Prorrogação do prazo para preenchimento do Plano de Ação 2015 pelos gestores e
203 posterior aprovação dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito
204 Federal e dos Municípios por meio do sistema eletrônico SUAS Web, até o dia 15
205 de agosto de 2015. 8.9 - Foram prorrogados os prazos de preenchimento do
206 Demonstrativo Sintético 2014 - IGD-PBF (Índice de Gestão Descentralizada do
207 Programa Bolsa Família): 31 de agosto de 2015 para a finalização por parte
208 do Gestor e 30 de setembro de 2015 para a finalização do Parecer dos Conselhos
209 de Assistência Social. 8.10 - O prazo para o preenchimento do CNEAS foi
210 deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e pela Comissão
211 Intergestores Tripartite - CIT. Recentemente essas duas instâncias decisórias da
212 política de assistência social deliberaram pela prorrogação do prazo (que
213 inicialmente era de 31 de dezembro de 2014) para 31 de julho de 2015. 8.11 – A
214 Coordenação de Benefícios, Programas e Transferência/DIAS prevê realização de
215 Capacitação para Entrevistadores de Formulário do Cadastro Único para
216 Programas Sociais do Governo Federal para a segunda quinzena de agosto, em
217 Florianópolis. Além disso, prevê para os meses de setembro, outubro e novembro a
218 realização de Seminários Intersetoriais do Programa Bolsa Família, em
219 Florianópolis, Lages e Chapecó, respectivamente. 8.12 - A Coordenação de
220 Benefícios, Programas e Transferência/DIAS enviou aos municípios e Secretarias

221 de Desenvolvimento Regional listagem de benefícios do Programa Bolsa Família e
222 Programa Santa Renda não sacados, bem como explicações acerca do saque. A
223 ideia é que municípios possam promover busca ativa e orientar os beneficiários
224 quanto aos direitos que estão deixando de acessar. 8.13 - A Coordenação de
225 Benefícios, Programas e Transferência/DIAS solicita aos municípios que já
226 participaram das capacitações do Programa BPC na Escola do ano de 2014 que
227 façam as inclusões dos Planos de Acompanhamento dos Beneficiários e do Plano
228 de Ações Intersetoriais no Sistema BPC na Escola. Essa coordenação informa que
229 para acesso ao Sistema BPC na Escola visando à aplicação de questionários e/ou
230 a inserção dos Planos de Acompanhamento dos Beneficiários, os técnicos de
231 CRAS deverão ter suas próprias senhas, e o acesso deve ser dado pelo gestor
232 municipal ou por pessoa por ele designada. 8.14 - Desde 01/07/2015 o SISC está
233 disponível para a confirmação da participação dos usuários, que subsidiará o
234 cálculo do cofinanciamento do 4º trimestre de 2015. A confirmação da participação
235 dos usuários deve ser realizada até o dia 20/09/2015. Lembrando que o município
236 terá que inserir ao menos 25% da capacidade de atendimento total de usuários
237 SISC para garantir o recurso proporcional. 8.15 - A DIAS/SST comunica aos
238 municípios a necessidade de atualizar os dados no CadSUAS (Sistema de
239 Cadastro do SUAS), a fim de qualificar a comunicação entre equipe do órgão gestor
240 estadual e gestores e técnicos da rede socioassistencial. 8.16 - Em cumprimento ao
241 previsto na Resolução nº 21/2013 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, o
242 órgão gestor estadual procederá com notificação aos municípios cujo CRAS
243 encontram-se no Processo de Aperfeiçoamento Gradativo, com suspensão dos
244 recursos do cofinanciamento do Piso Básico Fixo. A referida resolução estabelece
245 critérios mínimos para que os equipamentos públicos possam oferecer um serviço
246 de qualidade aos usuários da assistência social. As situações inadequadas foram
247 identificadas no CENSO 2013 e/ou 2014. 8.17 – Execução prevista para 2015 do
248 Programa CapacitaSUAS com o total de vagas de 3.139, sendo 541 referente ao
249 saldo de meta/vagas de 2012, e 2.598 referente a meta total/vagas de 2013. Os
250 cursos previstos são: Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios
251 Socioassistenciais, Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, Curso de
252 Atualização em Vigilância Socioassistencial, Curso de Atualização sobre
253 Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica e Curso de Atualização sobre
254 Organização dos Serviços de Proteção Social Especial. 8.18 - A SST promoverá no
255 dia 10 de agosto um seminário sobre a aplicação da lei federal 13.019/14, que trata
256 da parceria voluntária entre entes públicos e organizações da sociedade civil. O
257 debate ocorrerá no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de
258 Santa Catarina, em Florianópolis, a partir das 8h30min. As inscrições podem ser
259 feitas no endereço eletrônico da SST, de 1º a 30 de Julho. 8.19 - Encontro
260 Regionalizado: trata-se de uma das ações do Plano de Apoio aos Municípios (se
261 pactuado nesta plenária da CIB) e será realizado na região serrana no mês de
262 outubro. Data e cidade a confirmar. Muito provavelmente será em Lages. 8.20 –
263 Realização de reuniões semanais da DIAS para melhoria dos fluxos e processos de
264 trabalho. 8.21 – Encontro Estadual realizado para debater questões sobre fluxos

265 migratórios: durante o encontro, as lideranças municipais falaram sobre as
266 dificuldades enfrentadas pelo aumento do fluxo migratório, principalmente de
267 haitianos, e ressaltaram a necessidade da definição de diretrizes específicas para
268 acolhimento dos estrangeiros. A criação de um comitê estadual para tratar do
269 assunto foi discutida e deve ser objeto de encaminhamento em futuras reuniões
270 sobre o tema. A SST estará encaminhando relato sobre a referida reunião. Para
271 finalizar foi encaminhada definição e confirmação posterior dos locais das reuniões
272 da CIB em 14 de setembro e 30 de novembro. Para finalizar, Renata Nunes
273 agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, eu Liliane
274 Sena, secretária executiva da CIB/SC, lavrei a presente ata.